

lização ou da execução de um projeto, no caso, por exemplo, lá, o Arco Metropolitano. Ou você, de repente, faz o Ceasa, o Ceasa não é - eu fico falando Ceasa, mas parece que não é Ceasa, é um novo centro de abastecimento - mas um novo centro de abastecimento que não vai ser uma obra pequena. É uma obra de grande monta.

Então, o que acontece? Vai-se fazer, instala-se o centro de abastecimento e a ocupação continuará desordenada, até porque, de repente, todas as pessoas que trabalharam na construção do centro de abastecimento, provavelmente, não vão ter suas ocupações, como profissional, garantidas. Então, vai ficar no entorno e nesse entorno começa exatamente a ser instalado, digamos, a ocupação desordenada.

Então, eu estou fazendo esse alerta. Eu não conheço detalhadamente o projeto, mas pelo menos, pela intervenção que eu ouvi do secretário, me chamou a atenção esse aspecto que eu estou abordando agora, de maneira que parece que o material do projeto vai chegar às mãos da nossa comissão. Pelo menos, vamos ter a oportunidade de nos debruçar em cima dele, fazer uma análise de forma mais apurada, com certo grau de profundidade e, quem sabe, nesta audiência que está sendo proposta pelo presidente Waldeck Carneiro, de repente, a gente possa aprofundar e discutir melhor e, quem sabe... Ah, por exemplo, é lamentável uma discussão dessa... Não tem, eu não estou vendo vereador presente, pode até ser que tenha, pelo menos eu não... Era para ter vereadores, exatamente os legisladores municipais, estar participando. Está participando associação de moradores, está participando, quer dizer, então, esse negócio resolvido só entre o Executivo e o futuro centro de abastecimento, provavelmente, não vai resolver ou mitigar esses problemas todos que foram elencados pelo secretário.

Por enquanto era isto daí, nobre deputado Waldeck Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, deputado Eliomar Coelho, por sua manifestação. V. exa. acompanha há muitos anos, como deputado e como vereador na Capital, as questões ligadas à política urbana. É muito importante a sua participação aqui na nossa audiência.

Eu peço à assessoria técnica para exibir o vídeo que foi encaminhado especialmente para essa audiência pelo procurador Júlio José Araújo Júnior, por favor.

O SR. ELIOMAR COELHO - Waldeck, antes de começar, eu só queria falar uma... É a questão da regularização fundiária.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Por favor, perfeitamente.

Obrigado, deputado Eliomar, pelo acréscimo.

(Procede-se à exibição audiovisual - transcrita adiante)

O SR. JÚLIO JOSÉ ARAÚJO JÚNIOR - (Por gravação em meio audiovisual) Bom-dia a todos e a todas. Eu sou Júlio Araújo, sou procurador da República, gostaria de agradecer ao deputado Waldeck Carneiro pelo convite para participar dessa audiência. Infelizmente, em razão de uma audiência pública da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que eu presidirei, não vou poder participar aqui do encontro.

Então, deixo esse vídeo para ressaltar e demarcar alguns pontos que vêm sendo acompanhados pelo Ministério Público Federal, na questão do Campo do Bomba. O Ministério Público Federal, em São João de Meriti, vem acompanhando essa questão do patrimônio público federal e da sua destinação há algum tempo. Eu mesmo já cheguei a expedir algumas recomendações e venho entabulando, principalmente nos últimos tempos, um diálogo muito forte com a sociedade civil e com a Prefeitura de Duque de Caxias para que a gente consiga ajustar procedimentos e garantir que os problemas verificados durante a doação, por parte do Incra, em relação ao município, e eventuais problemas atinentes ao empreendimento que se pretende instalar na área, seja solucionado a partir de um diálogo amplo e um diálogo pautado na boa-fé.

Então, o Ministério Público se preocupa com a construção de entendimentos baseados na legalidade e como respeita aos procedimentos. O que a gente vem verificando é uma disposição tanto da prefeitura como do Incra como da sociedade civil em participar desse diálogo; e a disposição para nós demanda medidas concretas. Isso tem sido um esforço nos últimos tempos, mais este ano, a partir de uma audiência pública que foi realizada sobre o Campo do Bomba, que foi transmitida, está disponível no YouTube, em que alguns problemas ficaram muito evidentes. O Ministério Público, em 2018, já havia alertado o Incra de que a questão da doação dos imóveis que ele possui, no caso, lá no Colônia São Bento, toda a região ali em Duque de Caxias, que deveria ser pautada pelo respeito ao interesse público e a questões socioambientais. Nesses debates que a gente fez sobre o Campo do Bomba, muitos pontos ficaram em aberto, muitas questões não estão devidamente esclarecidas, sobretudo do ponto de vista técnico e do ponto de vista procedimental. Ah, eu quero destacar três pontos que eu considero bem relevantes para a gente pensar essa questão.

O primeiro é, de fato, olhar para o patrimônio público com uma proteção muito estrita, principalmente o patrimônio público federal, para que qualquer doação, qualquer destinação dessa área, por mais que não se inclua nas finalidades institucionais da autarquia, no caso do Incra, que seja analisada com todo o rigor necessário porque os entes públicos não podem abrir mão do seu patrimônio, ainda que haja uma transferência para um outro ente federativo, de uma forma meramente protocolar.

Então, há uma necessidade de olhar com rigor a situação do patrimônio público federal e pensar na sua proteção, tanto antes como durante esse processo de doação.

O segundo aspecto que nós consideramos extremamente relevante diz respeito ao interesse público na destinação do imóvel. Nesse sentido, a doação por parte do Incra, até pela legislação que rege esse tipo de transferência, exige a observância, ao transferir o imóvel, do interesse público na sua execução e na finalidade a que foi destinada. A prefeitura pretende implantar um empreendimento, a central de abastecimento, com uma concessão à iniciativa privada, exploração pela iniciativa privada de boxes e de espaços, e isso tudo não está muito bem esclarecido, a partir do Termo de Concessão 9, salvo engano, que foi realizado, e precisa ser mais bem discutido, não só por parte dos entes públicos, mas por parte da sociedade, porque o interesse público, nesse caso, tudo indica que ele deve ser observado no sentido estrito e não no sentido amplo. O fato de haver geração de empregos e efeitos indiretos, possivelmente, não justifica esse tipo de transferência.

Então, isso tem que ser devidamente discutido, adequado. E pior, não pode ser feito antes mesmo da doação e criar fatos consumados, criação de fatos consumados na região também é uma preocupação, porque representaria, por via indireta também, a violação da boa-fé na construção dos entendimentos e a violação de procedimento e da transparência tão necessária nessa discussão.

E, por fim, o terceiro ponto é a questão da proteção socioambiental na área. E aí é um ponto muito sensível porque, mesmo os técnicos, os profissionais indicados pela prefeitura, muito capacitados, como o professor Paulo Canedo, apontam que aquela região é uma região de amortecimento das enchentes, uma região muito frágil.

Então, é necessário que os estudos hidrológicos sejam feitos desde já. E sejam apresentados. A previsão de atuação em etapas pode prejudicar esse tipo de avaliação. E isso indica, inclusive, que os riscos ali transcendem o próprio município e abrange toda uma região da Baixada Fluminense, que me indica, inclusive, um risco regional inclusive, com a repercussão no licenciamento.

Então, a certeza, e a partir do projeto Iguazu isso fica claro, de que há potenciais riscos no campo hidrológico, já que é uma região de amortecimento de enchentes, nos impõe, como medida de precaução e de prevenção, de caráter cautelar, que a gente não possa avançar nesse momento sem fazer esses estudos e indicar claramente as medidas necessárias. Por isso que o MPF expediu a Recomendação 3, em que aponta medidas e providências por parte do Incra, do município, do Inea e das empresas, para que a gente consiga fazer aquele diálogo que foi mencionado no início de uma forma muito séria, muito ciosa, como já vem sendo buscado. A prefeitura vem dialogando com o Ministério Público. Inclusive, dialoguei com re-

presentantes da Alerj, o deputado Rosenverg; dialoguei com o secretário de habitação, secretário de governo, para que haja de fato a demonstração e a análise bem ciosa desses problemas que estão sendo apresentados. O Incra deve cumprir o seu papel de proteção do patrimônio público e zelo pelo interesse público. Ele deve garantir e buscar essas informações, exigir que essas informações apareçam, inclusive no que se refere aos aterramentos que vêm sendo feitos na área, a menos que não se preocupam(?) principalmente pelo fato de (FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA) questões que não estão esclarecidas e que merecem ser organizadas, inclusive em conjunto com toda a compreensão sobre o empreendimento. E que haja, de fato, apresentação desses estudos e um esclarecimento e um diálogo com a sociedade, que muitas vezes cobra, como tem feito aqui nesse espaço, esclarecimentos. E é necessário que o Inea se coloque, dada a característica da região, e que ele apresente também a sua posição sobre essa característica, a partir do histórico do projeto Iguazu e das medidas que ele já vem historicamente adotando e as preocupações que ele tem em relação ao caráter frágil daquela área, que é uma área de amortecimento de enchentes. Bom, são essas as considerações do Ministério Público. Me coloque à disposição de todos os senhores e das senhoras, saudando todos os movimentos sociais, as entidades da sociedade civil, a Academia, que vêm se dedicando a esse debate. E espero que a gente consiga garantir o máximo de transparência e observância do devido processo legal nesse caso, para que qualquer solução a que se chegue seja uma solução fruto dessa análise e desses fundamentos, desses estudos.

Um grande abraço. Muito obrigado.

O SR. ELIOMAR COELHO - Expositor, é uma zona de amortecimento de quê?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Deputado Eliomar, eu posso passar depois para o senhor, mas era um vídeo, não é? Na verdade, é um vídeo.

O SR. ELIOMAR COELHO - Ah, era um vídeo que estava passando?

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Era um vídeo gravado. Exatamente. O nosso procurador não pôde estar presente conosco. Ele está neste momento presidindo uma audiência do Ministério Público.

O SR. - É amortecimento de inundações. Zona de amortecimento de inundações, deputado.

O SR. ELIOMAR COELHO - Está legal, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Que acumula água das chuvas.

Bom, eu queria passar a palavra agora, porque... Antes de começar uma rodada, porque, com a presença do secretário Leandro Guimarães, eu vou perguntar para os expositores anteriores se querem fazer - o tempo terá que ser mais curto, bem mais curto - alguma pergunta para o secretário. Mas, secretário, isso não é uma sabatina. E se, eventualmente, vossa senhoria não puder responder alguma questão agora, não tem problema nenhum. Essa audiência de hoje não esgota o nosso debate. Agora, aproveitando a sua ocasião, nós vamos aproveitar para fazer algumas perguntas.

Mas, antes, porém, eu queria passar a palavra ao sr. Edson Teixeira Júnior, para fazer uma manifestação em nome do mandato do deputado federal Glauber Braga. Então, Edson Teixeira Júnior tem a palavra. Está conosco na sala? Sr. Edson Teixeira Júnior. Está na sala conosco? (Pausa)

Bem, talvez não esteja nesse momento na sala. Eu passo, então... Eu pergunto, então, ao professor Adacto, ao professor Raulino, ao Inea, à Defensoria, enfim, ao Instituto Rio Metrópole e ao próprio deputado Eliomar se querem dirigir alguma pergunta ao secretário.

O SR. ADACTO OTTONI - Eu quero, eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Professor Adacto, por favor. Eu só peço que coloque aqui no chat alguns desses expositores que já entrevistaram e se quiserem fazer uma pergunta agora ao secretário Leandro Guimarães. E deixando o secretário à vontade, caso nesse momento não possa, não tenha os elementos para responder. A gente continua o debate na sequência. Professor Adacto Ottoni tem a palavra. Agora por três minutos, tá, professor?

O SR. ADACTO OTTONI - Está bom. É somente uma colocação aí, com todo o respeito ao secretário de urbanismo lá de Duque de Caxias, mas na realidade, na apresentação dele, o dr. Leandro não expôs o problema. Ele caracterizou que existe o problema do aterro, existe a impermeabilização, mas não expôs as medidas do projeto, para corrigir, para mitigar esse dano. Na realidade, pelo que foi colocado ali, foi justificado. Se não fizer isso, vai ter ocupação irregular; então, no meu entender, um erro não justifica o outro. Quer dizer, o que a prefeitura tem que fazer é exatamente o contrário: não deixar ter ocupação irregular. Agora não colocar porque tem ocupação na região, se não construir o shopping, vai ter ocupação ali. Isso, como o deputado Eliomar Coelho falou, não é justificativa. A prefeitura tem que zelar pela aquela área; pelo contrário: recuperando. E aí me fica a preocupação, como técnico, quando o dr. Leandro cita o professor Canedo, que é um especialista na área, é importante que se caracterize, nos estudos, antes. E é isso que eu queria colocar aqui, solicitando já à Alerj e à Secretaria de Urbanismo de Duque de Caxias que, enquanto esses assuntos que o Ministério Público Federal colocou aqui não ficarem bem esclarecidos quanto ao risco de inundação, que o atual aterro que a prefeitura está fazendo na região seja interrompido. Interromper enquanto não tivermos a comprovação que esses aterros que já estão em andamento - o RJ TV mostrou - não sejam inibidos. Por que eu estou comentando isso? A prefeitura... Qual seria uma medida de mitigação dessa obra, que vai gerar impermeabilização e vai gerar sobrecarga no aterro? Seria a construção de um piscinão. É você botar um piscinão na região, que é uma obra caríssima, é uma obra questionável e que... Ah eu vejo: a prefeitura, deputado, com todo o respeito, secretário, não consegue nem viabilizar o saneamento de esgoto. Quando esses rios... Como a defensoria pública falou, quando esses rios transbordam, todo o esgoto que Caxias desemboca nos rios transborda junto, contaminando a população. A prefeitura não tem capacidade até hoje de viabilizar o saneamento em Duque de Caxias, saneamento de esgoto. A prefeitura não consegue viabilizar a ocupação irregular, para controlar essa ocupação e, de forma muito precária, já está tentando fazer com a atual gestão, com muito sacrifício.

Então, eu vejo com muita preocupação, porque está caracterizado. O secretário caracterizou: vai haver um impacto naquela área. Então, na realidade, eu queria somente solicitar à Alerj, à Defensoria Pública e à Secretaria de Urbanismo que interrompa toda a dragagem enquanto esses assuntos dos riscos de inundação não ficarem bem esclarecidos.

Era isso que eu queria falar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, Professor Adacto.

Antes de passar a palavra ao secretário Leandro, para a gente fazer um bloco, para organizar melhor o tempo, eu pergunto ao professor Sebastião Raulino se, nesse bloco, quer fazer alguma pergunta específica ao secretário Leandro Guimarães, presente conosco aqui na sala.

Professor Sebastião Raulino está conosco? Por favor.

O SR. SEBASTIÃO RAULINO - Sim, sim, estou.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Três minutos, por favor. Três minutos.

O Professor Sebastião está conosco? Por favor, três minutos.

O SR. SEBASTIÃO RAULINO - Sim, sim, estou.

(FALHA NA TRANSMISSÃO SONORA)

...ou até uma área maior que a gente possa conversar com os deputados e a Câmara Metropolitana e a prefeitura.

Então, pergunto ao secretário Leandro, repito a pergunta do professor Adacto, por que o aterro continua; ainda ontem, temos fotos do aterro - lá dentro acontecendo.

Por que a mudança no plano diretor e a falta de comunicação com o Conselho de Meio Ambiente, oficialmente, fazendo discussões, apresentando estudos. Não temos nada disso. E a disposição da prefeitura para, junto com a metrópole, com o estado, a gente pensar uma unidade de conservação estadual para aquela região,

protegendo-a, como os estudos anteriores da Coppe já mostravam, inclusive, com a equipe do professor Canedo. Esse é o caminho que a gente defende, que também protege a Baía de Guanabara e as outras cidades da Baixada Fluminense, da bacia do Iguazu-Sarapuí.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, professor.

Secretário Leandro Guimarães, faça as duas primeiras perguntas. Passo a palavra a v. sa.

O SR. LEANDRO GUIMARÃES - Obrigado, deputado.

Eu gostaria de, primeiramente, responder ao nosso deputado Eliomar Coelho, em relação ao plano diretor do município. Na Lei Complementar 01 de 2006 foi aprovado o plano diretor do município, onde a gente teve, à época, diversas audiências públicas, quando a nossa Câmara conseguiu, durante diversas audiências, diversas reuniões, fazer com que o plano diretor fosse aprovado de forma que contemplasse, realmente, todas essas áreas de expansão, de preservação, enfim, para que o município tivesse uma direção, um norte para crescer, para ter áreas realmente de preservação. Essa área do Campo do Bomba é hoje uma zona especial de negócios, sendo respeitados, obviamente, toda a faixa marginal, conforme a nossa amiga Isabele, do Inea, deixou bem claro, tanto do Rio Iguazu, quanto do Rio Sarapuí, toda a faixa marginal a FMP(?), tem que ser respeitada. Qualquer empreendimento que foi implantado nesse local em momento nenhum vai deixar de atender todos os parâmetros ambientais, toda a legislação vigente, não só no município, mas no estado e na legislação nacional. A gente está muito consciente em relação a isso.

Então, quando a gente deixou claro que esse empreendimento, com todas as medidas compensatórias, e mitigatórias, que serão implementadas no entorno, é justamente para que a gente pegue, conforme o professor Adacto falou, sobre ocupação irregular naquela região. Onde a gente realmente tem um problema, não só no Município de Duque de Caxias, mas toda a Baixada Fluminense, que ficou durante décadas esquecida pela Cedae, a gente não conseguiu, até hoje, ter um trabalho de saneamento básico realmente firme para que a gente pudesse fazer com que o nosso esgotamento sanitário tivesse a devida destinação, tratamento e tudo o mais, essa é a preocupação que a prefeitura tem. São Bento, que é uma área de preservação também e que foi 100% ocupado - hoje temos ali quase 100 mil pessoas ocupando aquele local - hoje temos ali aterros. Temos um problema social e ambiental muito grande. E a que a gente não quer deixar se repetir.

Então, quando a prefeitura fala que a gente vai inibir e que a gente pretende realmente dar uma função e uma ocupação para essa área, porque nunca, na história desse município, nenhum governo atuou mais firme no reassentamento do que o atual governo. A gente, no último mandato, fez mais de três mil reassentamentos, garantindo justamente a liberação desses corpos hídricos. A gente pega o Dique 1, com 1.245 famílias, que foram reassentadas naquela região, e garantimos que o Rio Sarapuí, pudesse respirar, pudesse ter uma área de limpeza, de dragagem. Enfim, é essa a preocupação do município. A gente está realmente engajado em fazer com que toda a questão ambiental seja atendida e seja preservada da melhor forma possível. Agora, a gente tem que ser coerente. Da mesma forma que toda a região do entorno, que é três vezes maior a área, foi ocupada irregularmente, a gente precisa deixar claro que, tanto o Incra não tem condição técnica de pessoal, de estrutura, para inibir a ocupação, a invasão de suas áreas, assim como o município, também, por sua vez, até em certos momentos, mesmo a gente com a fiscalização, em cima, o tempo todo, a gente está ali cobindo, mas, na prática, a gente está enxugando gelo. Não tem um dia sequer, nesse município, que a gente não faça demolição de ocupação irregular naquele entorno, para ficar clara a intenção da prefeitura em preservar aquela região. Se a prefeitura fosse omissa, aquela área já estaria realmente ocupada.

Respondendo ainda ao deputado Eliomar Coelho, em relação à regularização fundiária, agora sim, a prefeitura também está engajada em fazer a regularização daquele entorno, para que a gente consiga, cada vez mais, garantir investimento daquela região. Ontem mesmo estivemos em outra audiência pública fazendo entrega de 300 títulos de propriedade, entregar o RGI para as 300 famílias, no 4º Distrito, aqui em Xerém. A gente está, toda semana, aqui na prefeitura num centro de regularização fundiária, em relação à Lei da Reurb. É o primeiro município, com toda a certeza, mais avançado no Estado do Rio de Janeiro, onde a Secretaria de Urbanismo está empenhada em fazer a regularização do município. Mais de 50% do Município de Duque de Caxias é irregular. Isso tem que acabar, isso tem que mudar. É por isso que o poder público municipal está trabalhando, todos os dias, para regularizar, fazer com que a legislação seja atendida, principalmente, a legislação ambiental.

Professor Adacto, em relação ao aterro naquela região, a licença que foi liberada, para isso é apenas para aterro de conquista. É uma área de três milhões de metros quadrados que, para que a gente possa, cada vez mais, avançar nos nossos estudos, a gente precisa ter acesso à área. Esse aterro está garantindo que a gente crie ali nesgas em toda aquela área para que a gente consiga chegar com a topografia, com a sondagem, para a gente conhecer melhor aquele terreno, para que a gente consiga entender aquela região cada vez mais profundamente para que todos os estudos, conforme o professor Canedo, que está há 30 anos estudando aquela região, possa, cada vez mais, ter base para que especialistas, como o senhor, também consigam opinar para a gente fazer com que o melhor projeto seja empregado naquela região.

O senhor falou sobre realmente numa área de piscinão, naquela região de bacia. A proposta que o professor Canedo tem é a de um canal, que vai interligar tanto o Rio Iguazu, quanto o Rio Sarapuí, porque o estudo que ele vai apresentar, deputado Waldeck, na próxima audiência que tivermos o professor Canedo se fará presente e vou pedir para que ele apresente esse estudo para que, cada vez mais, a nossa sociedade civil consiga ter acesso a essas informações, o Ministério Público Federal - dr. Júlio José - já tem acesso. Já fizemos essa apresentação para e ele e faremos quantas forem necessárias para que a gente consiga mostrar, primeiro, a boa-fé do município, o interesse em fazer um projeto da melhor forma possível. Essa proposta do professor Canedo, é em virtude de os dois rios terem características físicas diferentes. Um rio sobe muito rápido o nível e é um pouco mais lento, o outro ganha um pouco mais de volume e é um pouco mais rápido. Então, esse canal, que vai fazer a interligação entre esses dois rios, fará com que um acabe sendo o extravasador do outro. A gente está numa área justamente ali, a jusante. Toda vez que um rio tiver um aumento de vazão um pouco maior, o outro vai equilibrar aquela região, fazendo com que a gente ganhe, muito pelo contrário, esse projeto é de 300 milhões de reais, não é barato, é significativo, é o maior projeto que vai combater as enchentes do Município de Duque de Caxias. Nunca houve tanto investimento público para fazer um projeto de combate a enchentes. Esse projeto, a gente chegando num consenso de que é a melhor solução, fará com que todo aquele entorno, 100 mil pessoas no São Bento, 50 mil no Pilar, em todos os seis outros municípios vizinhos a Duque de Caxias que estão a montante sejam beneficiados com o escoamento dessas águas. Essa é a proposta do município, que só conseguirá fazer a implantação desse projeto de combate a enchentes, com a implantação do projeto da central de abastecimento. É daí que teremos o recurso financeiro suficiente para que a gente consiga fazer a implantação dessa obra e fazer com que todo o entorno seja beneficiado. Volto a dizer que o benefício dessa obra não tem que ser apenas social, apenas financeiro, econômico, apenas que gerar emprego, renda e desenvolvimento daquela região, mas também, atender essa questão da enchente, com essa questão hidrológica para que a gente consiga, com esse recurso, melhorar aquele entorno.

É com riqueza que se combate a pobreza. É dessa forma que a gente pretende dar, cada vez mais procedimento a esse projeto, de uma forma bem consensual, onde todos serão ouvidos. A gente vai esgotar ao máximo os questionamentos, para que a gente faça de uma forma bem consciente o projeto de maior sucesso no Estado do Rio de Janeiro.

Deputado, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Waldeck Carneiro) - Obrigado, secretário Leandro Guimarães.